

Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)

Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Este artigo procura analisar as transformações na estrutura de sentimentos relativa às relações entre a cidade de Fortaleza e a população de retirantes que periodicamente pressiona os equipamentos urbanos, entre os anos de 1877 e 1915. Através das ações de um novo sujeito político – a multidão –, os retirantes alteram os usos e os sentidos da cidade, exigindo de autoridades uma nova postura de ação, gerando um amplo sistema de socorros baseado no trabalho, e, da população urbana, uma nova atitude, em que a caridade e a solidariedade cristã são colocadas em xeque. A pesquisa utiliza evidências de natureza variada (correspondência oficial, jornais, romances, listas e relatórios), procurando apreender a dimensão do conflito e as novas relações de força que se constituem na cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Retirantes – multidão – seca – estrutura de sentimentos

ABSTRACT

This article aims to analyse how changes in the feeling structure are related with the relationship between Fortaleza inhabitants and the refugees who time to time pressure the urban equipments, between 1877 and 1915. A new political agent – the crowd – was then built by those refugees, changing the uses and the meanings of the city, urging the authorities to a new kind of action, creating a huge relief system based on work camps. Charity and christian solidarity were not sufficient to protect the poor. A large number of evidences (corresponding papers, newspapers, books, reports) are used to understand the conflict meanings and the new power forces in the city.

KEYWORDS

Refugees – crowd – drought – feelings structure

ESTRUTURAS DE SENTIMENTOS

O ano de 1877 inaugura não só um período de transformações históricas importantes para o Ceará, mas igualmente uma nova forma de

percepção generalizada sobre o fenômeno da seca e sobre as relações da cidade de Fortaleza com o mundo dos retirantes famintos que passam a visitá-la periodicamente.

A “invasão” de retirantes em 1877-80 – que, segundo alguns observadores, chegou a mais de 114.000 quando a população da cidade mal atingia 25.000 pessoas – provocou uma das desordens urbanas e sociais mais graves que Fortaleza já experimentou. A presença destes pobres, famintos e doentes, no mais grave estágio em que ainda é possível sobreviver, exigiu uma imediata e radical mudança nos costumes e comportamentos, nos hábitos pessoais e cotidianos e, especialmente, no uso social dos equipamentos urbanos, afetando profundamente a vida dos habitantes da capital. Estes, a partir de então, irão procurar estabelecer um novo patamar de relações com a pobreza, em que a caridade e a solidariedade se confundem com a repugnância diante das cenas de barbárie presenciadas pelas famílias horrorizadas – crimes, prostituição, mortes, suicídios, antropofagia, epidemias etc –, o que, de certa forma, se repetirá nos anos seguintes, quando a miséria rural adentra o mundo urbano pelas mãos da seca.

Esta profunda e impactante experiência de contato prolonga-se, certamente, pelas gerações e pelas secas seguintes, alterando a estrutura de sentimentos com a qual a sociedade local agia, pensava, sentia e refletia sobre os trabalhadores rurais, sobre o campo, sobre a pobreza “desvalida” e sobre a caridade.

Às três “ondas” de seca do final do século XIX (1877, 1889 e 1900),¹ seguiu-se mais uma grande crise (1915), constituindo-se, nesse intervalo, um novo patamar de relacionamento da cidade com o campo, das autoridades governamentais com os desabrigados/refugiados, dos cristãos caridosos com os desvalidos mendicantes, dos sanitaristas com as epidemias, da polícia com os criminosos e prostitutas, do Estado (que, neste período, ao mesmo tempo, se estrutura e se reforma) com a classe trabalhadora (cuja composição se modifica em função de um sem-número de fatores: fim da escravidão, imigração estrangeira, positividade da mão-de-obra “nacional” etc), enfim, de uma sociedade urbana – que se pretendia moderna, civilizada, branca e ocidental – com a presença periódica de “retirantes” mestiços e esfomeados, que não conhecem os sinais do progresso nem as regras básicas da civilização.

Conforma-se, portanto, um período mais ou menos definido em que a seca passa a fazer parte da vida de Fortaleza, estabelecendo um certo padrão de configuração da pobreza urbana. Por extensão, em face da dimensão extraordinária assumida pelas migrações dos retirantes, cuja tragédia é comentada em jornais de todo o Brasil e comissões de socorros são organizadas

em inúmeras cidades, a vida nacional também se altera. Em especial, a imagem de um Imperador magnânimo e paternal que, em momentos de calamidade, protege os “seus” pobres com o manto da caridade parece não surtir mais os efeitos desejados, pelo menos, na ótica de uma intelectualidade cada vez mais influenciada pelas idéias liberais – embora, na ótica dos pobres, talvez isso não seja completamente verdadeiro. De uma situação de fenômeno rural, enfim, restrito ao controle paternalista privado dos proprietários rurais, a seca passa a se constituir em referência permanente e fundamental para a conformação de uma camada de pobres que demanda um novo tipo de postura da população urbana em geral, e seus governantes em particular.

Vários mecanismos institucionais de controle urbano da pobreza, em geral, e da pobreza visível durante as secas, em particular, irão ser criados com o objetivo de diminuir ou amenizar este impacto. Ao mesmo tempo, um conjunto de significados imaginários conferidos à experiência da pobreza e da caridade se institui nesses anos, configurando uma nova estrutura de sentimentos que procura organizar este “encontro”, tornando-o assimilável à vida social e compatível com os paradigmas culturais vigentes.

Assim, o cotidiano da cidade, com seu fluxo contínuo de pessoas e mercadorias, sofre um profundo abalo, que a literatura histórica que trata deste assunto ainda está por avaliar em toda a sua extensão.

Fortaleza, naquele final de século, passava por grandes transformações orientadas por um agudo senso estético de seus governantes e de suas elites econômicas e culturais – a cidade, segundo seus principais cronistas, “aformoseava-se”. Praças e ruas, geométrica e cuidadosamente traçadas e cuidadas, compunham uma nova paisagem urbana que pretendia corresponder a uma “Paris tropical”; instituições de saber e academias de ilustrados agitavam a vida cultural e forneciam às elites urbanas um sentido de pertencimento a uma esfera pública burguesa definida e segura, compatível com os preceitos da civilização moderna; os bares e cafés formavam um circuito de boêmia e irreverência que incorporava a cidade aos novos padrões de contestação cultural ao “tradicionalismo” provinciano. Os planos e projetos do engenheiro-arquiteto Adolfo Herbster pareciam materializar esses anseios de ver a cidade integrada ao mundo “civilizado”.² O financiamento desta remodelação parecia inesgotável, baseado na estabilidade da agricultura de exportação do algodão, sob o controle autoritário e paternalista dos proprietários rurais com a colaboração dos altos negociantes das casas de comércio importador/exportador (quase sempre estrangeiros).

A idéia de “aformoseamento”, portanto, não só orientava as construções e as linhas de urbanização da cidade, como também se tornava

uma referência básica para a criação de mecanismos de controle urbano e social, cujo contraponto era a presença conflituosa da multidão de homens pobres em Fortaleza e em outras cidades de médio porte – como Aracati, Sobral e Icó, no Ceará, e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Daí a sensação contínua de *perda* que essas elites manifestam após a “invasão” daqueles que, além de pobres, andrajosos, famintos, doentes e sujos, foram rotulados de “bárbaros”, em função da depredação continuada dos equipamentos urbanos, que não suportam a pressão exercida pelo súbito, descontrolado e desmedido aumento demográfico, associado ao desconhecimento, por parte dos retirantes, dos códigos de utilização e sentido conferidos à cidade.

Perdas que se materializam em sucessivas tentativas de controle dessa população “adventícia”, em seus hábitos, suas formas de habitação, suas crenças e superstições; perdas que se resumem no espanto com que as autoridades provinciais presenciaram a chegada, mês a mês, nos anos de 1877 a 1880, de novos retirantes e suas famílias a uma Fortaleza cada vez mais destituída das mais elementares redes de sociabilidade “civilizadas”; perdas que se concretizam em medidas de exclusão e segregação; perdas que se travestem em horror e expectativa diante de novas invasões, nos anos que se seguem, tão aguardadas quanto temidas.

Perdas, contudo, que incidiam sobre conquistas ainda por serem efetivadas. Ao final da década de 1870, o espaço urbano imaginado por estas elites aburguesadas estava no início de sua construção, um processo de afirmação social e econômica para o qual ainda não se haviam constituído os elementos conceituais de sua própria definição. O vocabulário da *belle époque* somente se articula muitos anos depois. Sem nome, sem conclusão, sem referências, a remodelação urbana de Fortaleza se via interrompida – e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, alimentada – pela presença dissonante dos retirantes das secas. De um lado, os rostos da miséria rural traziam, aos aburguesados comerciantes e seus filhos bacharéis, a lembrança do ambiente colonial de onde vieram todos (ou quase todos), ameaçando com o caos a formação de uma cidade civilizada e ordenada tal como pretendiam os planejadores. De outro lado, com o trabalho compulsório e quase gratuito dos retirantes, prédios, ruas e novos equipamentos são adicionados ao patrimônio público em construção, configurando um cenário urbano de que muito se orgulhariam os habitantes de Fortaleza, nas décadas iniciais do século XX.

Este processo de invasão da cidade, contudo, permanece acontecendo nos anos seguintes, quando novas levas de retirantes ocupam o espaço urbano, levando Rodolpho Theophilo a declarar que Fortaleza, em 1900, “não parecia

uma cidade civilizada e christã, parecia uma terra de bárbaros” – para ele, expressando um sentimento geral entre as elites letradas, a cidade parecia estar sob o controle dos instintos animalizados da multidão de esfomeados: estavam, assim, “completamente sitiados por uma columna de famintos trapilhos”.³

É possível constatar, portanto, uma mudança significativa nas formas de percepção do meio ambiente, em que a seca aparece como uma parte constitutiva da sensibilidade urbana e dos mecanismos de controle da pobreza. Até 1877, a seca resumia-se a um fenômeno rural, restrito ao mundo dos fazendeiros e seus moradores. O predomínio da esfera privada, que englobava a pública, parecia garantir uma estabilidade social com base no paternalismo e na violência. Em 1900, contudo, a vida “desse povo heróico e martyr” passa a ser comparada à lenda de Sísifo, e uma idealização do campo – “a vida sertaneja cearense é de um comunismo perfeito” – contrapõe-se ao período em que “a Fome sinistra bate às portas dos pobres” e a miséria “despoja os cabedae dos ricos”.⁴ Desta forma, é possível perceber, como “cousa dogmática”, a idéia de que “o Ceará está condenado eternamente ao flagello tremendo das seccas”.⁵ Mais tarde, o Presidente do Estado, Cel. Benjamin Liberato Barroso, lamenta, em relatório de 1915, a “dolorosa cruzada que o destino lhe reservou neste recanto de nossa formosa Pátria”. Reproduziam-se, assim, os mesmos padrões de percepção do campo e da cidade – assim que finda a seca, “os cearenses esquecem a inclemência de nosso céu, perdoam-lhe os seus padecimentos”, porque são indissolavelmente “ligados ao torrão natal, maravilhosamente encantados das nossas manhãs invernosas, das nossas sorridentes primaveras, dos nossos campos e planícies, da uberidade do solo humedecido, do nosso céu azul e doce derramando a água fertilizadora de nossas serranias e várzeas”. A remodelação urbana significava a construção de uma esfera pública mais definida, que, em certos aspectos, se opunha ao predomínio de uma esfera privada cada vez mais identificada ao atraso colonial. A instituição deste domínio público – que exigia a educação das elites e a submissão dos populares – via-se ameaçada, periodicamente, pelos retirantes das secas, pela multidão de pobres na iminência de um motim generalizado.

A seca havia deixado de ser um episódio circunstancial para tornar-se um “destino”, inscrito na natureza imutável das coisas, parte constitutiva da identidade local. Perplexos diante das transformações a que assistiam – e pouco podiam compreender –, esses intelectuais, orientados pelo iluminismo e pelo cientificismo, “naturalizam” a seca, elaborando a *ideologia de uma natureza perversa* – que ainda hoje, de uma forma ou de outra, permanece orientando políticas públicas e programas sociais relacionados à seca.

Assim, é visível uma transformação substancial das formas de

percepção da pobreza e da própria estrutura de sentimentos que a organiza e a define – real e imaginariamente! Entre os abarracamentos de 1877 e o campo de concentração de 1915, uma camada de pobres passa a fazer parte da vida cotidiana de Fortaleza. As secas “fornecem” os momentos fundamentais em que essa camada é “alimentada” com novas levas de retirantes famintos, que se instalam na cidade, procuram estabelecer formas de negociação com os poderes públicos e privados e desenvolvem novos saberes sobre o universo urbano, transgredindo suas regras e aprendendo com as trocas culturais que se instalam junto com os conflitos com a polícia.

QUANTIDADES E DIMENSÕES

Em 1879, perto do final da seca, o jornal *Cearense* (05.10.1879) realiza um balanço das medidas empregadas pelo governo para atender aos indigentes que perderam as colheitas e vagueavam pelas estradas em busca de alimento. Chegou à conclusão, com base nos “mapas enviados por 60 comissões de socorros”, existirem ainda 192.140 pessoas “atendidas pelo Estado”, no interior da Província. Além desse número, o jornal avalia em 50.000 os empregados nas estradas de ferro, com suas famílias. Na capital, o número estimado é de 80.000 retirantes “abarracados”. O Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, avalia, em seu relatório relativo ao ano de 1878, em 220.000 os atendidos pelas comissões de socorros apenas nas cidades próximas ao litoral – Fortaleza, Maranguape, Acaraú, Baturité, Pacatuba e Aracati.

Se esses números, por si só, trazem preocupação e desconforto, quando são comparados ao censo de 1872, em que Fortaleza ainda era uma cidade de 21.000 habitantes, a imagem de um caos urbano descontrolado passa a ser incorporada ao discurso historiográfico, que, desta forma, reproduz os impactos que essa pressão demográfica intensa exerceu sobre os contemporâneos. Raimundo Girão, por exemplo, historiador que iria, com sua extensa obra, sedimentar uma consciência histórica conservadora entre os letrados cearenses, a partir dos referenciais teóricos e metodológicos originados do Instituto do Ceará, afirmou, nos anos de 1950, que Fortaleza havia se transformado na “metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo dum raça em penúria”.⁶

Os números, porém, são confusos e contraditórios. No obituário do *Cearense* (05.11.1879), constam 57.760 mortos em 1878, enquanto que o Barão de Studart chega ao número de 67.267 mortos na capital, entre 1877 e 1880;⁷ além disso, mais 54.875 haviam deixado o Ceará pelo porto da capital, em sua maioria, em direção à Amazônia;⁸ por fim, o mesmo jornal

(26.04.1879) contabiliza 59.797 retirantes que deixaram os abarracamentos da capital, retornando ao “centro da província”, “recebendo cada um roupa – uma muda, rações para 15 a 30 dias e semente de feijão, milho e arroz, tudo de acordo com as instruções da presidência”.

As dificuldades em estabelecer um mecanismo censitário eficiente e atualizado merecem ser destacadas; contudo, em quaisquer circunstâncias, os números “devem ser considerados com cautela”, pois “o que importa é o que sentiram”,⁹ tanto os contemporâneos quanto os que formularam, posteriormente, uma memória em torno da seca no universo urbano. Por outro lado, tratamos aqui da construção de significados sobre a seca, a multidão, a calamidade e o caos, um processo que escapa da quantificação ou da “correlação direta com quantidades”; portanto, estamos atentos ao fato de que “as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total”.¹⁰ Neste sentido, as dimensões de que falaremos a seguir são eminentemente simbólicas e culturais, que procuram dar conta do “contexto total” em que a multidão passa a fazer parte constante e atuante da vida política.

O MEDO DA MULTIDÃO

O jornal *Cearense*, na edição de 25 de outubro de 1877, alerta a administração provincial de que, “no dia em que negarem socorros, ou que estes não estiverem em proporções com as exigências da população esfomeada, repetir-se-hão aquelas sangrentas e horribéis scenas que a história tantas vezes nos fala”. Referia-se o articulista aos conflitos entre o “populacho” e as autoridades, durante a Revolução Francesa. Desta maneira, um novo elemento é identificado como parte das relações da população urbana com a pobreza: o medo da rebelião ou de um levante geral dos pobres.

Concretamente, o temor da população urbana, expresso por seus intelectuais e jornalistas, era de que os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e os estabelecimentos comerciais em busca de comida, para satisfazer sua fome animal e biológica, e, embriagados pela violência desencadeada, destruíssem o próprio tecido social. Assim, três aspectos constituíam a percepção letrada sobre os pobres, nesse momento: 1) a noção de que a pobreza carrega características inerentes de vícios morais e físicos (o crime e a doença); 2) uma pouco desenvolvida análise que se aproxima de uma “psicologia das multidões” (que irá se afirmar somente na década de 1930, ao estilo de Le Bon, Sighele ou Tarde);¹¹ 3) o receio generalizado, a partir de um consenso implícito, de uma rebelião dos pobres, sublevando-se contra suas péssimas condições de existência.

Rodolpho Theophilo, talvez a principal referência na questão, idealiza o sertanejo enquanto homem do campo *no campo*, lidando com as coisas da agricultura tradicional – a mandioca e os legumes, além da fiação de tecidos que as mulheres praticam – e submissos aos grandes “coronéis”, proprietários de terras e homens de boa formação moral e racial, descendentes diretos dos colonizadores portugueses. Mas, ao se desligarem desses vínculos sociais, trazendo para a cidade uma experiência de degradação pela destruição de suas fontes de produção e pela fome, os retirantes¹² tornam-se depositários de uma série de vícios.

Entre esta onda maltrapilha vomitada pela miséria, se encontrava em muito pequena escala a pureza de costumes, a honestidade e a gratidão. O vício parecia ter contaminado todos os famintos. Viam-se em todas as idades criaturas pervertidas.

Assim, não só as doenças, decorrentes da condição física em que se encontravam os retirantes, pareciam preocupar o farmacêutico. Falava ele da criminalidade, da mendicância e, especialmente, da prostituição – bradava enfaticamente contra os “seductores que infestavam a deshoras aos abarracamentos prostituindo até creanças de dez anos”.¹³ O “espetáculo” da mendicância, por sua vez, é igualmente denunciado nos jornais como “deponente contra os nossos costumes, além de ser, na maior parte das vezes, imoral e repugnante” (*Cearense*, 29.04.1877).

Enfim, desenvolve-se, entre as elites locais, a noção de que uma população de pobres e ignorantes camponeses, reunidos pela fome em aglomerações, vivendo em promiscuidade, constitui um ambiente propício para a desagregação familiar e para a conseqüente degradação moral.¹⁴ O Presidente da Província, em 1889, Henrique d’Avilla, em Circular aos “commissarios geraes” (*Cearense*, 07.09.1889), argumentando a “absoluta necessidade de desfazer essas aglomerações”, conclui que “o vício da embreaguez, a devassidão dos costumes, a prostituição, o jogo e todos os vícios, se desenvolvem espantosamente nessas aglomerações de povo, contaminando-as”. Anos depois, em 1915, o Presidente Benjamin Liberato Barroso, em seu relatório anual, justificava a criação de um campo de concentração pela necessidade de “fiscalização á noite”, o que, segundo ele, graças às medidas de controle implementadas no interior do campo, “deu lugar a que não fossem registrados actos de desrespeito ao pudor”. Uma mudança importante havia acontecido nas formas de pensar a pobreza e suas mazelas, materializando uma nova *estrutura de sentimentos*.

Ao mesmo tempo, as doenças contagiosas desenvolviam-se rapidamente

entre os retirantes. As epidemias, principalmente a varíola, provocavam uma grande mortalidade, que não atingia somente os retirantes enfraquecidos, mas também a população urbana, inclusive membros de suas elites. Os números com relação à varíola, em 1878, são impressionantes, tanto para o pesquisador de hoje quanto para os contemporâneos do final do século XIX, que desenvolvem uma expectativa extremamente sensível diante das doenças “trazidas” pelos pobres, durante as secas. As “cenas de 77”, reproduzidas na memória e na literatura, assombra as camadas aburguesadas de Fortaleza, que se vêem não só física, mas culturalmente ameaçadas, pois percebem a permanência dessas epidemias como um sinal das dificuldades para o estabelecimento de uma sociedade moderna no Ceará e, por extensão, no Brasil.

As doenças, as mortes diárias, os envilecidos carregadores de corpos, os cadáveres esperando carregamento, apodrecendo nas ruas, são cenas que agridem uma sensibilidade que se pretendia “moderna”, “européia” e “civilizada”, encarnada em espíritos cultos e letrados, educados no refinamento dos costumes, para quem tais espetáculos tristes constituem a experiência de seus próprios limites e a permanência de uma sociedade semicolonial, pobre e analfabeta.

Cenas, contudo, que não se resumem a 1878, embora jamais retornem com a mesma intensidade. “A secca voltou em 1888 e com ella a varíola”, afirmou Rodolpho Theophilo, em cujo “vacinogêneo” doméstico produziu vacinas que só conseguiram debelar essa epidemia depois de 1915. No entanto, nesse tempo, ele mesmo afirma que “a varíola pouco fez, poucos matou”, mas “não desapareceu completamente”. Em 1901, “os variolosos morriam e apodreciam nas praças publicas”, enquanto o governo, segundo ele, nada fazia e “deixou que a varíola tomasse conta da cidade”. Como resultado da incúria governamental – apesar do Presidente de o Estado desde 1900, o Dr. Pedro Borges, ter sido o mesmo que, “quando moço, dera toda a actividade e saber aos doentes do Lazareto de Lagôa-Funda na horrorosa epidemia da varíola em 1878” –, “não foi preciso muito tempo para esta peste fazer da bella e risonha Fortaleza uma cidade impossível de se visitar, e mais de nella se viver”.¹⁵

Eram cenas, portanto, que impunham aos observadores uma difícil reflexão, na tentativa de entender esses momentos de “desagregação” e “degradação”, situar-se nele a partir dos parâmetros teóricos de que se dispunha. Cenas e reflexões que se desenvolveram, contraditoriamente relacionadas, durante todo o período considerado (1877-1915).

Theophilo tinha em mente que “a miséria anestesia os mais puros sentimentos do homem educado, quanto mais os sentimentos dessa gente, cuja moral não foi cultivada”. Revelava aqui, por um lado, uma corrente de pensamento bastante comum nos anos finais do século XIX e iniciais do

século XX: as teorias raciais. Ele conclui que “exigir destes mestiços – seres inferiores pela raça, pela falta de educação doméstica e cívica, criados na satisfação de sua índole má e péssimos instintos, na prática de atos reprovados – ações nobres é a maior das infabilidades”.¹⁶ No romance *A Fome*, os personagens também reproduzem essa percepção racial, mesmo os que vivem na cidade: o comissário Arruda, mestiço, é vil e corrupto, enquanto o coronel Manuel de Freitas, branco, mesmo tendo perdido tudo com a seca, jamais se corrompe. Para ele, versado na leitura dos filósofos franceses, especialmente Gustave Le Bon, a mestiçagem é fator de impedimento para a civilização e limite para a “educação” letrada, como o entendiam os intelectuais do período.

Por outro lado, ele indica uma outra possibilidade de entendimento, ao afirmar que “a miséria anestesias os mais puros sentimentos”. Como farmacêutico e sanitarista, Theophilo percebia, com riqueza de detalhes, os degradantes desdobramentos fisiológicos e orgânicos que a fome provocava, na tentativa de explicação dos atos cometidos pelos retirantes, que, para ele, são inteiramente degradantes e imorais. A descrição minuciosa das cenas de antropofagia, mendicância, promiscuidade, prostituição, crimes e golpes, produz um material de reflexão que comprovaria a tese de que os valores e as normas da civilização, alicerçadas na valorização da consciência cívica e no “cultivo do espírito”, são incompatíveis com a fome e a miséria. O controle das pulsões, característica de um “processo civilizador” em curso, sinal da “liberdade” em face da natureza, seria gravemente ameaçado pela premência da “necessidade” da sobrevivência imediata. Assim, a urgência da fome aguda sobrepuja os limites impostos pela vida social, ameaçando-os.

Os conflitos envolvendo retirantes na cidade, portanto, passam a ser motivo de contínua reflexão por parte dos intelectuais, procurando dar conta de uma realidade nova, experimentada periodicamente durante as secas e permanentemente em função do aumento da pobreza rural e da emergência da pobreza urbana, real e imaginariamente. Para nós, a multidão aparece como o sujeito central a ser identificado, como um agente político incompatível com o modelo representativo que se procurava inserir na realidade brasileira, especialmente a partir da Proclamação da República. Para os intelectuais do final do século XIX, ao contrário, a raça, a fome e as aglomerações são os temas centrais em torno dos quais giram as matrizes explicativas da seca.

A POLÍTICA DAS MULTIDÕES

Em 1877-80, os conflitos se concentram prioritariamente nas “pagadorias” e nos locais de distribuição de alimentos para os retirantes.

O sistema de pagamento nas obras públicas, implementadas para absorver a mão-de-obra dos retirantes, não era fixo: algumas vezes em dinheiro, outras em víveres.¹⁷ A precariedade desse sistema, em que freqüentemente faltavam dinheiro e víveres, produzia um foco permanente de insatisfação e conflitos. A ação da polícia contribuía para a configuração de um clima geral de violência e expectativa, pois, segundo Theophilo, “rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato”.¹⁸

Depois de mencionar uma manifestação em frente ao Palácio de Governo, que reuniu cerca de 500 chefes de família, ao final de 1877, os quais pretendiam “implorar ao presidente uma esmola para não morrerem á fome”, Theophilo descreve detalhadamente um conflito ocorrido em 18 de março de 1878, quando, após três dias sem ração, os retirantes resolveram atacar a pagadoria, entrando em choque com a polícia: “pedradas” contra “tiros de espingarda”. A Praça Marques do Herval tornou-se o palco de um conflito generalizado, em que as ruas próximas transformaram-se em caminhos de fuga e reorganização dos revoltosos. À noite, em frente ao cemitério, um grupo de retirantes entra em choque com uma patrulha, um é morto e outros ficam feridos, gerando uma troca de correspondência entre o Presidente da Província e o Ministro dos Negócios da Justiça, incluindo os relatórios do delegado, do comissário e do comandante da tropa. No dia seguinte, alimentos foram saqueados por grupos de retirantes.

Nesse caso, podemos observar a violenta repressão aos retirantes, que, em pleno regime escravista, não tinham direitos de qualquer espécie nem reconhecimento de “cidadania política”, e sua remuneração era freqüentemente vista como “assistência”, sobre a qual não cabiam reclamações ou protestos, nem, muito menos, direitos. Mas, por outro lado, percebemos também a utilização do espaço urbano pelos retirantes, em um sentido inesperado e rebelde – as ruas, antes desconhecidas, tornam-se rotas de fuga e o calçamento, pedras carregadas nas costas dos próprios retirantes, torna-se arma de defesa. Os significados construídos pela cidade não correspondem, assim, àqueles elaborados pelos retirantes *em sua ação*: a luta política é, em igual medida e ao mesmo tempo, uma luta pela imposição de sentidos aos espaços da cidade.

Buscando estabelecer uma forma eficiente e segura de distribuir as rações ou os salários aos trabalhadores, nas obras públicas na cidade, depois de várias ameaças ao responsável pelo 1º distrito, Adolfo Herbster constrói um grande e moderno prédio, na Praça Visconde de Pelotas, objetivando racionalizar o sistema de pagamentos. Contudo este será palco de um conflito, em 20 de agosto de 1878, cujas proporções não parecem desprezíveis, já

que, logo no dia seguinte, o Presidente da Província envia circular aos comissários de todos os distritos da capital, solicitando informações sobre feridos, despertando também a atenção do Ministro dos Negócios da Justiça, que exige investigações imediatas e minuciosas. Cerca de 6.000 retirantes amotinados atiraram pedras contra os soldados da polícia e da cavalaria, que reagiram com as armas de sempre: sabres e rifles.¹⁹

Restrições nas rações distribuídas também podiam provocar reações. A comissão formada para a distribuição de gêneros no Passeio Público informa ao Presidente, em 28.02.1878, que “não há fiscalização” e os retirantes, “allegando estarem imprestáveis”, “não querem receber as rações que lhes são marcadas, atirando-as sobre os comissários”. Solicita a mudança do sistema de pagamento, pois este é “promotor sem dúvida de várias alterações a ordem pública”. Outro comissário, em 05.03.1878, solicita a “presença de quinze praças para guardarem as entradas das pagadorias, conterem a ordem e impedirem que um povo de mulheres se precipite sobre os homens que recebem o salário”.

Após o período (entre meados de 1878 e meados de 1879) em que as políticas de restrições à circulação dos retirantes – com a fixação dos abarracamentos nas áreas periféricas da cidade e a alocação sistemática de trabalhadores em obras públicas, especialmente na construção da Estrada de Ferro de Baturité – parecem ter surtido algum efeito de controle sobre a revolta popular, os protestos retornam com a expectativa de fim do período de estiagem e conseqüente desmontagem do sistema de socorros públicos. Em 18 de junho de 1879, cerca de 12.000 pessoas, “inválidos, viúvas e orphãos”, “dirigiram-se ao palácio da presidência e ali fizeram suas reclamações”, protestando contra o fim das obras públicas. No mesmo dia, outro “ajuntamento de povo” ocorreu em frente ao palácio, com os retirantes de Messejana protestando contra a suspensão dos trabalhos na localidade. No dia seguinte, 10.000 “cidadãos” marcham pelas ruas do centro em apoio ao Presidente José Julio de Albuquerque Barros e sua política de socorros (*Cearense*, 20.06.1879), manifestação que pode ter relação com o boato de que os socorros seriam suspensos por determinação do Ministro da Fazenda. Um tal Sr. Quadros, “agente do fisco”, é denunciado como provocador, pois “escreve relatórios para a capital dizendo não haver mais seca no Ceará” (*O Colossai*, 15.06.1879; *Echo do Povo*, 02.07.1879).

Anos depois, a polícia continua seguindo o mesmo padrão de “grossa pancadaria nos infelizes retirantes” que esperavam pagamento e, “desenganados”, “tentaram apoderar-se dos víveres”. O próprio delegado de polícia distribui “soccas e ponta-pés”, ladeado por praças armados de rifles, enquanto os retirantes reagem “a cacete e pedras” (*Libertador*, 02.09.1889).

Os retirantes, afinal, perceberam que uma forma de pressão bastante eficiente sobre as autoridades e sobre a cidade era o ataque coletivo aos centros de distribuição de alimentos ou aos mercados públicos, incidindo diretamente sobre o direito de propriedade e sobre a “liberdade de mercado”, tão apregoada pelos dirigentes locais. Ao mesmo tempo, Fortaleza cedo se tornará palco privilegiado dessa forma de ação coletiva, combinando protesto público com assaltos diretos aos centros de distribuição de rações ou pagamentos. Ao longo dos anos, o aprendizado político levava os retirantes aos confrontos coletivos e às formas de organização da multidão como sujeito político, incorporando tradições de ação direta e negociação indireta, baseadas no paternalismo e sua “reciprocidade desigual”, com novas formas derivadas do trabalho coletivo nas obras públicas e nas estradas de ferro, baseadas na disciplina e na hierarquia de funções.

Em agosto de 1889, essas ações parecem ter se sucedido com alguma articulação ou informadas por algum tipo de divulgação, demonstrando uma outra aprendizagem que os retirantes incorporam a seu arsenal de informações sobre as possibilidades de “assistência” em tempos de seca. O jornal *Libertador* anuncia que, “deixando-se arrastar pelo instinto da própria sobrevivência”, alguns “pobres trabalhadores famintos” atacaram um armazém, em Messejana, “conseguindo retirar alguns volumes”, sendo perseguidos pela polícia e, depois de presos, “com a mais feia perversidade, espaldeirados brutalmente”. Em Soure, “teem-se dado scenas semelhantes”, quando os famintos “teimam em pedir socorros”, o que tem “originado vários distúrbios”. O jornal aproveita para denunciar o “governo tyranico do Sr. Henrique d’Avilla”. No Pagehú, “uma multidão de cerca de 400 pessoas, entre homens e mulheres, atacou o depósito de víveres”, deixando-o “completamente limpo” – neste caso, “felizmente não houve pancadaria”, ou seja, parece que os retirantes conseguiram sair vitoriosos. Em Messejana, novamente, “mais de 600 pessoas assaltaram o armazém de víveres”, o que resultou em “contusões e ferimentos” (*Libertador*, 04.06 e 07.09.1889).

Enfim, baseados em uma concepção típica da ordem paternalista, dominante nas áreas rurais, os retirantes passam a exigir uma “justiça” das trocas recíprocas: se o governo e os poderosos não cumprem com a obrigação de proteger os pobres em momentos de escassez extrema, os famintos têm legitimidade para tomar para si os alimentos, muitas vezes, estocados em seu nome ou para seu benefício, mas não distribuídos conforme exige a necessidade da fome. Transitando entre dois mundos (paternalista e liberal), as ações das multidões, contudo, não encontram lugar na ambígua ordem política vigente, pois transgridem a norma básica da submissão, por um lado, e não respeitam os

canais competentes da “representatividade”, por outro. A fragilidade institucional das ações, no entanto, possibilita alcançar, às vezes, maior eficácia prática imediata, pois a pressão da multidão sobre os centros selecionados do poder institucional, baseada em exigências objetivas e diretas (do estilo “pão e trabalho”), parecia obter maiores resultados no contexto da seca.

O crime, ao mesmo tempo, pode ser entendido como um mecanismo de enfrentamento, em uma situação de extrema miséria e descontrole social, de que os retirantes se valem para sobreviver na cidade. Tanto para Rodolpho Theophilo, para quem “o furto se havia desenvolvido entre os retirantes de maneira incrível”, quanto para o Presidente José Júlio Barros, que constata serem “os analfabetos, os proletários, os homens carecidos de todos os benefícios da civilização que cometem a quasi totalidade dos crimes”, começa a se desenvolver a correlação entre pobreza e criminalidade, materializando, em Fortaleza, a clássica percepção das *classes perigosas*.

O furto de gêneros, durante o transporte, de um lado a outro da cidade, parece espantar os observadores. De fato, eram os próprios retirantes os encarregados do transporte, que não perdiam a oportunidade de subtrair um punhado de grãos para alimentar a família. Utilizavam para isso um instrumento para perfurar os sacos, denominado de *russega*, o que deu origem à (mal) afamada “companhia da russega”, formada por “meninos de 7 a 12 anos”, que aterrorizava a cidade, atacando não só os carregamentos, mas, com o mesmo instrumento, invadindo casas e perturbando pessoas nas ruas.²⁰ O roubo de grãos parecia seguir um padrão mais ou menos constante: os retirantes procuravam engajar-se em turmas de transporte, em que estariam mais próximos de situações em que a vigilância dos comissários e seus agentes era relaxada, e, assim, podiam furtar o máximo possível de grãos com o mínimo possível de risco. A documentação consultada (jornais, relatórios, ofícios, correspondências, romances etc) não fala de presos ou processados pelo roubo de grãos, com exceção de acusações aos próprios funcionários dos distritos, que estariam, por sua vez, tirando vantagem da situação privilegiada para enriquecer às custas do erário público. Um silêncio cúmplice e prudente parece rondar estas ações, o que as aproxima das “formas cotidianas de resistência camponesa” analisadas por James Scott, em que a sobrevivência imediata se constitui no principal elemento articulador.²¹

Assim, a noção de “justiça”, para os camponeses-retirantes, estava contraditoriamente marcada, ao mesmo tempo, pelos antigos padrões de reciprocidade desigual do paternalismo e pelas novas noções de cidadania política que se estavam instituindo na sociedade brasileira, entre o final do século XIX e o começo do século XX.

Depois de vencido o primeiro impacto da seca, em 1877 – se é que esse impacto tenha sido vencido algum dia! –, as autoridades provinciais iniciaram um amplo programa de assistência aos retirantes, baseado na organização de obras públicas de construção de abarracamentos, de embelezamento da cidade (calçamento das ruas e praças, prédios públicos, cadeias, igrejas etc) e de retomada da implementação da estrada de ferro de Baturité. Em dezembro desse mesmo ano, a cidade passou a ser dividida em distritos, os quais deviam reunir alguns abarracamentos próximos,²² sob a responsabilidade de um comissário indicado pelo Presidente da Província.

Em pouco tempo, o número de distritos chegou a 11, cobrindo praticamente toda a área suburbana de Fortaleza e arredores, tentando atrair os retirantes para fora do quadrilátero central da cidade. Com os distritos, as autoridades procuravam estabelecer uma ordem no caos das demandas urgentes colocadas pelos famintos que circulavam pela cidade, agredindo a sensibilidade dos passantes com um visual tétrico e súplicas constantes, além das formas comuns de explorar a caridade cristã das famílias.

O princípio geral da assistência aos retirantes, especialmente depois da posse do liberal José Júlio d’Albuquerque Barros na presidência da Província, passou a ser o *trabalho*. Para ele, “não pode ser função publica a alimentação do ocio e da preguiça, nem a fomentação da inercia, da imprevidencia e da mendicancia pela charidade official não temperada pela organização do trabalho”; em carta aos comissários dos municípios, recomenda que os socorros deviam ser distribuídos com “discernimento e verdadeira igualdade, conforme as condições phisicas e moraes de cada indivíduo, destinando-se aos de mais os mesmos socorros como premio do trabalho”. O jornal liberal *Cearense* (18.04 e 26.07.1877) acrescenta que “ninguém quererá contestar as vantagens resultantes de tais trabalhos e com eles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores”, convencido de que “a ociosidade, que nestas, assim como em todas as circunstâncias, torna-se a nascente de todos os vícios”, era o grande inimigo a ser combatido pelo governo. Para um dos comissários encarregados, em consonância com as idéias do Presidente, os socorros deviam limitar-se ao “estritamente necessário”, pois, do contrário, “seria estabelecer o deplorável hábito da mendicidade, que cumpre, por todos os modos, desarraigar do espírito da população”.

O trabalho, assim, possui uma função pedagógica que, além de formar os próprios trabalhadores, combate a degradação provocada pela ociosidade, mesmo que forçada pelas circunstâncias da seca. A mendicância, neste contexto,

parecia um vício moral, que devia ser assistido pela caridade privada e combatido pelo Estado. Os retirantes, mendigando pelas ruas, formavam, segundo Theophilo, um “espectaculo contristador”, que o levará a dizer que “flagelados somos todos nós durante a calamidade”, pois “não será um flagelo ter-se a porta cheia de famintos, de manhã à noite, pedindo esmola pelo amor de Deus?”²³

Os liberais cearenses estavam, assim, sintonizados com as mais recentes teorias do *laissez-faire*, divulgadas no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro pelo engenheiro André Rebouças, que tinham, na ação administrativa dos ingleses na Índia, seu mais eloqüente exemplo de eficiência. Os “severos métodos científicos britânicos” eram elogiados nos jornais e prescreviam a estreita conexão entre assistência e trabalho, objetivando evitar a formação de uma camada de pobres ociosos e dependentes da ajuda oficial. Segundo Rebouças, não se deve “confundir socorro com caridade”.²⁴

Contudo a própria implementação desse “sistema” não era assim tão fácil, embora, de fato, grande quantidade de obras tenha sido realizada. A política assistencialista do Estado imperial, “que garantia a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública”, tornar-se-ia uma arena de disputas entre liberais e conservadores. Estes, beneficiários da reciprocidade paternalista, relutavam em abrir mão da caridade estatal como princípio de assistência aos retirantes. Essa posição parecia legitimada pelas ações das multidões de retirantes e pelas suas justificativas, pois, pelo menos no relato de Theophilo, “muito convencidos estavam de que tudo era do Rei e por conseqüência lhes pertencia”.²⁵

Mas, com a substituição do conservador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa por João José Ferreira d’Aguiar e, finalmente, pelo liberal José Júlio d’Albuquerque Barros, em 1878, muitas barreiras à introdução dos “severos métodos científicos britânicos” são superadas. Como resultado, a política assistencialista do Estado imperial “foi rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho”.²⁶

Logo no primeiro relatório, o novo Presidente informa os socorros que foram autorizados: “esmolas para os invalidos e familias que não pudessem subsistir com o seu trabalho; salario para os validos que fossem empregados em serviços publicos; alojamento e roupa indispensavel; rações para os recém-chegados e emigrantes; medicamentos e dietas para os enfermos; transporte para os emigrantes”.

Desta forma, os abarracamentos passaram a ser os locais privilegiados para a introdução de mecanismos de controle dessa população “adventícia” e indesejada. Por um lado, o Presidente José Júlio também informa que tentou,

“por todos os meios”, promover “a limpeza da capital”, ou seja, “retirar para fora della os indigentes”. A criação dos distritos, em dezembro de 1877, tentava circunscrever a circulação dos retirantes às áreas periféricas da cidade – os “subúrbios” descritos por Adolfo Herbst, na planta de 1875 – e, assim, evitar o contato mais próximo da população urbana com os recém chegados camponeses, sujos, famintos e maltrapilhos. Em janeiro de 1879, depois da epidemia de varíola, calculada a população de retirantes em 80.000, o mesmo Presidente, em ofício dirigido ao Ministro do Império (28.01.1879), observa que os habitantes da cidade duvidavam “que houvesse grande número de indigentes”; resolve promover, em vista disso, uma “revista geral dos conductores de pedras, homens e meninos maiores de 12 annos”, que atravessaram as ruas da cidade, “a fim de observarem os médicos e o público da cidade que os operários estão bem nutridos, capazes de todo serviço, vestidos e regularmente arregimentado em turmas”.

A preservação das áreas centrais de Fortaleza da presença impactante dos retirantes famintos parece ter surtido algum efeito. O Presidente José Júlio, em novo ofício ao Ministro (21.06.1879), discordando dos que propõem o fim dos socorros, conclui:

Aqueles que descrevem o estado do Ceará em condições favoráveis julgão-n’o pelas ruas e praças da Capital, sem darem-se ao trabalho de visitarem os abarracamentos do subúrbio e sem indagarem das dificuldades que foi preciso vencer para destruir n’ella os miasmas que envenenavão a população, para remover os indigentes que as dezenas de milhares vagueavão por toda ella e conserval’a limpa e acceiada como se acha, socegada e com vida e animação que contrastam com as circunstancias reais da provincia.

A cidade seguia seu rumo, procurando esquecer seus traumas: “restabeleceu-se a confiança no futuro da provincia”, restituindo nas autoridades o sentimento de “que o presente vae pouco a pouco apagando o passado”.

Esse “temor do contato” fortalece-se entre as elites fortalezenses nas secas seguintes, já que estas medidas, assim como as tomadas em 1889, 1900 e, especialmente, 1915, com a criação do campo de concentração do Alagadiço, viram-se impotentes para impedir a presença dos retirantes nas ruas centrais, habitadas pelos setores aburguesados da capital. A ambigüidade se estendeu até 1932 – quando os campos de concentração foram instalados no interior do estado –, já que o “temor do contato” se chocava com a necessidade de aproveitar a mão-de-obra dos retirantes em obras no interior do perímetro urbano. A presença grotesca dos retirantes famintos, afinal, era necessária para que a construção de um espaço público aburguesado pudesse

acontecer, a baixo custo de mão-de-obra – o custo “social” (o sofrimento dos camponeses arruinados) parece não ter lugar na contabilidade das autoridades.

Por outro lado, toda a assistência passa a ser prestada somente para os que estão no interior dos abarracamentos, introduzindo algumas medidas de controle da população, mediante restrições à circulação pelas ruas e praças, a não ser quando, em turmas, para o trabalho de calçamento e limpeza. Se, como denuncia Herbert Smith, não chegam a ser introduzidas quaisquer medidas de controle sanitário, a correspondência entre os comissários e o Presidente deixa claro que havia uma tentativa de estabelecer normas de comportamento que fizessem com que os retirantes passassem a incorporar uma disciplina de trabalho e moradia, baseada na regularidade, na obediência às normas técnicas,²⁷ na higiene e na aceitação de usos coletivos dos equipamentos. Os trabalhadores deviam responder diariamente à chamada dos “apontadores”, sob pena de exclusão das listas de pagamento; as mulheres e as crianças maiores, quando não estavam nas pedreiras, prestavam serviço nos próprios abarracamentos, construindo toscos prédios que serviam como abrigos, enfermarias, refeitórios, capelas e até escolas. As instruções baixadas pelo Presidente da Província, em 13.11.1878, estabelecem a obrigatoriedade de registro e controle dos retirantes, conferindo, aos administradores, a responsabilidade pela manutenção da “boa ordem, aceio, polícia e alistamento”.

Em meados de 1879, porém, o Presidente José Júlio decidiu limitar a concessão de socorros diretos, recomendando, “muito insistentemente” aos comissários que “empreguem todos os meios ao seu alcance para persuadirem os indigentes a procurarem trabalho ou ocupação útil de que subsistam, aconselhando-os a que, na falta de serviço público ou particular, em que possam obter algum salário, demandem as serras, as margens dos rios e das lagoas ou outros lugares que se prestem à cultura ou ofereçam alguns recursos naturais” (*Cearense*, 11.06.1879).

O complexo sistema de socorros implementado, todavia, era objeto de um sem-número de denúncias de corrupção e desvios de toda espécie. As verbas de socorros públicos, segundo os jornais de oposição, “não conseguiram socorrer senão as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidas”, em que “fica muita casa-farta, muita grimpá erguida com os despojos da miséria”. Os “bilhetes domiciliários”, em vez dos 500 rs que valiam, muitas vezes, eram trocados por envelopes que continham apenas 480 rs, ocasionando protestos e descontentamento (*O Retirante*, 28.10.1877).

Por outro lado, Rodolpho Theophilo denuncia os aproveitadores da miséria, não só os “seductores”, mas também os especuladores de gêneros. O personagem Arruda, do romance *A Fome*, resume todas as qualidades negativas

que o autor via em tais aproveitadores. Corrupto, astuto e cruel, o comissário era responsável pela administração de um abarracamento e fazia de tudo para saciar sua sede de poder: roubava, enganava e corrompia, além de seduzir as jovens donzelas com promessas e ameaças. Tanto especulava com o preço dos víveres quanto prostituía as meninas desprotegidas.

O Sr. Alcoforado, personagem “real”, comandante do vapor *Ceará*, que transportava retirantes para o Pará, é seguidamente denunciado como “covarde e infame”, acusado de deflorar seis “infelizes donzelas”, “abusando do cargo que ocupava, para ali desprezitar os Paes das improtégidas victimas, afrontar a moralidade dos passageiros e saciar seus intintos ferozes e libidinosos nessas pobres e desventuradas virgens”. Outras denúncias afirmam que “muitas infelizes moças foram violentadas”, e que a comida servida no navio é de qualidade duvidosa – “uma bolacha gorgulhenta com um pouco d’água tinta adoçada” ou um “pouco de carne aferventada na água e sal” (*O Retirante*, 24.10 e 14.11.1877). Quase dois anos depois, ainda é acusado de venda fraudulenta de produtos destinados aos retirantes, utilizando, para isso, sua “influência com os homens do governo (local e nacional)” (*Echo do Povo*, 30.07.1879).

Os especuladores, enfim, tratavam de forçar o aumento de preços, procurando tirar “partida das condições anormaes”. A Câmara procura intervir no mercado de alimentos, comprando carne e gêneros para fazer baixarem os preços.²⁸ Os próprios membros das comissões distribuidoras de víveres denunciavam, em 14.12.1877, o estado dos gêneros que haviam sido entregues pelos comerciantes: “a carne pouca diferença fazia de couro seco”, “a farinha, além de ser de má qualidade, não se podia tragar pelo seu gosto máo e repugnante cheiro”.

Seja como for, a substancial e pouco fiscalizada injeção de recursos, em uma situação política e econômica de crise, acabou por permitir a formação de uma parcela da elite local que passa a viver em função de situações semelhantes, constituindo o que se convencionou chamar de “indústria da seca”, que perdura, de uma forma ou de outra, até os dias atuais.²⁹

A emigração dos retirantes para fora do estado era também uma forma de controlar a presença da pobreza na cidade. No entanto, não era uma questão sobre a qual não surgissem polêmicas acirradas. Para *O Retirante* (07.11.1877), “o sul é hoje a nossa taboa de salvação”, pois a “emigração do Amazonas tem sido antes o ‘alijamento’ de nossos infelizes patrícios, para irem ter sepultura naquellas ingratas plagas”. Os vapores, contudo, dirigiam-se prioritariamente para o norte do país, onde os seringais representavam uma oportunidade de estabelecimento dos cearenses, em condições melhores do

que aquelas em que se encontravam durante as secas. O embarque, porém, era “feito de um modo afflictivo”, e “todos os dias a imprensa da capital registrava scenas que se passavam com os infelizes que deixavam o torrão natal”.³⁰

Em 1889, o debate ficou ainda mais intenso, pois a iniciativa havia partido do Presidente da Província, Caio Prado, que, além de conservador e paulista, tinha ligações familiares com agenciadores de mão-de-obra e fazendeiros do café. A iniciativa de criar uma Hospedaria Geral da Emigração foi objeto de inúmeras críticas e denúncias, apesar do relatório extremamente auspicioso divulgado pelo jornal *Constituição* (28 e 30.04.1889). A questão aqui dizia respeito ao destino final dos emigrantes. O Presidente pretendia promover uma linha de migração em direção ao sul do país, o que, para o *Cearense* (12.01.1889), é “uma affronta que se está fazendo aos brios do Ceará”, pois, no sul, substituindo os escravos nas fazendas de café, o retirante “tem que sujeitar-se ao salário que jamais o enriquecerá”, enquanto que, no Amazonas, “o emigrante cearense pode tornar-se rico proprietário”. Enfim, com a morte repentina de Caio Prado, a Hospedaria é fechada e a migração para o sul, durante o século XIX, some até mesmo da historiografia.

Contudo, a polêmica “sul *versus* norte” permanecerá em 1900, no sentido de que, de qualquer forma, a política de emigração devia ser justificada. O Dr. Pedro Borges, em seu relatório, enfatiza que os governadores do Pará e do Amazonas, “revelando sua sympathica solidariedade com o infortúnio do Ceará, buscavam acolher os seus filhos, estendendo-lhes mão protectora e amiga, no seio dos seus Estados”. Interessava-lhe argumentar que “aos cearenses não se afigura um exílio a emigração para esses dous estados, ligados ao nosso por estreitas relações commerciaes e outras ordens de interesses”; de outra forma, “a emigração seria convertida em medida de despovoamento do solo”.

O que está em jogo, portanto, é a partida, para fora do Ceará, dos braços que sustentam a lavoura, a pecuária e, especialmente, as relações de poder que se fazem através da reciprocidade, do favor e da dependência mútua. O temor do “despovoamento” passa a fazer parte das preocupações de autoridades, intelectuais e, principalmente, proprietários de terras.

Por fim, a caridade aparece como uma iniciativa tradicional, mas, ao mesmo tempo, elogiável, de atendimento aos indigentes, desde que não seja alçada à condição de política oficial do Estado. As doações em gêneros e em dinheiro, feitas por particulares e instituições, chegam diariamente pelo porto de Fortaleza, demonstrando a força de um sentimento que, mesmo ligado ao cristianismo católico, articula-se ao modelo de reciprocidade desigual do paternalismo.

O discurso do Sr. Conselheiro Feliz Peixoto de Brito e Mello, “a bordo do paquete francez *Oneroque*”, em que viajava também o casal imperial, parece resumir essa percepção da caridade como o sentimento “mais nobre e grandioso”, “mais sublime do coração humano”. Para ele, “quando uma parte da humanidade sofre, a humanidade é uma só, não há distinção de raças nem de religião, nem de hierarquia, todos somos irmãos”.

Senhores, parece-me ouvir os gemidos dolorosos das vítimas da seca, implorando a vossa compaixão; compadecei-vos dellas. Senhores, parece-me vêr n'aquellas mãos, que outrora tão vigorosas cavavam a terra para alimentar a nação, estenderem-se, mirradas pela fome, para pedir-vos o pão; dai-lh'ò, senhores, e Deus abençoará e remunerará a vossa piedosa obra.

Como resultado, “fez-se a subscrição, que produzio 3.645 francos e mais 2:000\$000, subscritos por SS. MM. o Imperador e a Imperatriz” (*O Retirante*, 07.10.1877; *Diário de Pernambuco*, 07.09.1877).

O Imperador, ao que parece, encontrava-se no ápice de uma imensa rede imaginária de assistência aos pobres, configurando um amplo arco de pertencimento que a política imperial pretendia abarcar. Sob a imperial proteção, os pobres sentiam-se amparados e seguros de que nada de muito grave podia-lhes acontecer se o Rei estivesse atento às desgraças do povo.³¹ As secas, contudo, desafiavam a eficácia prática e simbólica desse sistema, propiciando a emergência de um debate em torno da caridade, como princípio da assistência estatal aos pobres necessitados, o que, de certa forma, esvaziava a figura do Imperador como símbolo da caridade e da proteção, minando uma das bases de sustentação do regime..

Com a República, esta lacuna havia de ser preenchida pelas ações individuais de pessoas caridosas que se levantam em defesa de seus conterrâneos assolados pela mais tenebrosa miséria. Nos jornais do Rio de Janeiro, é possível perceber a montagem periódica de um conjunto inumerável de “comissões de socorros”, que se mobilizam para recolher fundos de ajuda aos retirantes ou flagelados da seca. O médico Castro Carreira, em 1878, centraliza esta campanha na Corte, como tesoureiro dessas comissões, responsável pelo recolhimento dos recursos, envio ao Ceará e publicação de seus resultados, em vários e polêmicos artigos no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

Em 1915, diversos “bandos precatórios”, formados por estudantes, cidadãos e religiosos, percorrem as ruas da capital e de São Paulo, recolhendo, com a bandeira nacional estendida, víveres e dinheiro para os “irmãos flagelados do norte”. No dia 17 de outubro deste mesmo ano, um “grande festival” é organizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, “em auxílio dos

flagellados do norte”, contando com um “programma dos mais variados a que o povo tem assistido”. Esperava-se que o festival fosse “o maior de quantos se vêm realizando nesta capital” e, de fato, com a presença do Presidente Wenceslau Braz e do Prefeito Rivadávia Correia, além de representantes de “todas as classes sociaes” e o que “há de mais elevado pela distincção, pela elegância, intelligencia e fortuna”, veio a ser “uma festa verdadeiramente imponente” (*O Paiz*, 17 e 18.10.1915).

Esperava-se, todavia, que, em 1915, uma ação mais contundente do governo federal em apoio aos estados acometidos pela seca pudesse alterar o quadro de corrupção e ineficiência identificado pelos jornalistas. Por meio de críticas ao lento processo de aprovação de novas verbas para os socorros públicos ou sarcásticas charges que representavam a corrupção, os jornalistas cariocas interferiam, assim, na formação de uma nova sensibilidade – liberal e republicana – que pudesse substituir a caridade institucionalizada do governo imperial.³²

NOTAS

Este artigo é uma primeira incursão geral ao projeto de pesquisa intitulado “A Seca e a Cidade: a formação da pobreza urbana de Fortaleza (1877-1915)”, com apoio financeiro do CNPq (bolsas de Produtividade em Pesquisa e Iniciação Científica). Muitas questões aqui propostas já foram desenvolvidas em trabalhos anteriores; contudo, a intenção é delimitar algumas abordagens e marcar algumas posições, além de mapear algumas evidências recentes, procurando fincar bases seguras para a continuidade da pesquisa, que se desenvolverá até, pelo menos, fevereiro de 2008. O levantamento documental em arquivo contou com a inestimável colaboração das bolsistas Anna Carmen de Araújo Diniz, Lidiane de Mendonça Alencar e Renata Ribeiro Torquato.

¹ Cf. DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002. Este autor pensa estas “ondas” em termos de uma “combinação maligna de transformações econômicas [a expansão do imperialismo britânico] e alterações climáticas [mudanças geradas pelo *El Niño*]”.

² Para uma visão geral desse processo de “aformoseamento”, Cf. PONTE, Sebastião R. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1870-1930)*. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. Sobre Herbster, Cf. CASTRO, José L. de. “Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza.” *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: n° 108, p. 43-90, 1994; e NEVES, Berenice Abreu de C. *O Engenheiro e a Província: Adolfo Herbster e o Ceará na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Biblioteca Carlos Studart do Museu do Ceará, 1993.

³ THEOPHILO, Rodolpho. *Secas do Ceará (2ª metade do sec. XIX)*. Ceará: Typ. Moderna/Ateliers Louis, 1901, p. 80 e 148.

⁴ *A Cidade*, 15.08.1900. Esse interessante artigo, assinado por Mario Netto e publicado

primeiramente em *A Tribuna*, parece resumir toda uma nova perspectiva, que se configura entre os intelectuais cearenses, no final do século XIX, de percepção das relações entre a cidade e o campo.

⁵ *A Liça*, 12.08.1903. A seca de 1877 acontece no momento em que a Igreja Católica, em meio ao processo de “romanização”, desenvolvia agudas críticas ao modo de vida “moderno” das elites e aos hábitos “desregrados” dos sertanejos e populares em geral. A idéia da seca como uma punição ou um “flagelo” de Deus é uma decorrência disso. É só no início do século XX, todavia, que os “retirantes” passam a ser chamados de “flagelados”, como acontece até hoje. Cf. THEOPHILO, Rodolpho. *A Seca de 1915*. 2 ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1982, p. 54-55.

⁶ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Ed. UFC, 2000, p.400.

⁷ STUDART, Guilherme Barão de. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1909, p.45-46.

⁸ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Op. Cit., p.402-404.

⁹ MOLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.216.

¹⁰ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001, p.241.

¹¹ Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p.114-115.

¹² Há, na literatura de época, uma mudança substancial na referência às palavras “sertanejo” e “retirante”. O primeiro é o homem do campo, puro de costumes, simples e sincero, embora rude; o segundo é sua corrupção pela seca, expulso de um meio ambiente idealizado, degradado pela fome. Em artigo possivelmente assinado por José do Patrocínio, o semanário carioca *O Besouro* (04.05.1878, p.38) conclui, em vista disso, que “o retirante, que symbolisava uma calamidade, passou a ser o emigrado, que symbolisa uma iniquidade”.

¹³ THEOPHILO, Rodolpho. *História da Seca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p.365 e 124.

¹⁴ NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento e Perversão: olhares ilustrados sobre a seca de 1877.” *Projeto História*. São Paulo: Educ, n° 27, 2003, p.180.

¹⁵ THEOPHILO, Rodolpho. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904, p.46-65. Este autor tinha especial horror às formas de traslado dos corpos, dos lazaretos até os cemitérios da cidade. Nesta mesma obra, ele descreve, com detalhes, esse espetáculo “tristíssimo” e “repugnante” (p.13-14), enfatizando a nudez e o estado de putrefação dos cadáveres, que “desfilam” pelas ruas centrais da cidade, onde habitam seus mais respeitáveis habitantes. No conto *Violação*, no entanto, em que descreve a epidemia de cólera de 1863, o farmacêutico destila com mais ênfase e impacto narrativo sua indignação – o que o incomodava, particularmente, era o “barbarismo” dos carregadores e coveiros, normalmente “galés” (condenados pela justiça) em busca de aliviar suas penas, homens “envilecidos pela miséria”, sempre embriagados e desrespeitosos.

¹⁶ THEOPHILO, Rodolpho. *A Seca de 1915*. Op. Cit., p.82-83. Para uma análise das teorias raciais no Brasil, Cf. SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.43-65.

¹⁷ A ração foi estabelecida em 1 litro de farinha, ½ litro de arroz, feijão ou milho e ½ quilo de carne seca para uma pessoa; para uma família de 3 pessoas, 1 ½ ração, para 5 pessoas, 2 rações, e para 8 pessoas, 2 ½ rações, como máximo. A diária, quando paga em dinheiro,

foi definida em 500 rs. *Cj. Instruções do Presidente da Província, José Júlio D'Albuquerque Barros, às Comissões de Socorros Públicos, em 13.11.1878* (Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC, Livro 145-B, Registro de Ofícios). Segundo Davis, comparando com a ração recebida pelos trabalhadores indianos, no mesmo período, sob o governo inglês de Temple, os cearenses recebiam “um banquete”. Ele destaca, todavia, que “as condições de vida eram em tudo tão miseráveis quanto no Deccan”. DAVIS, Mike. *Holocustos Coloniais*. Op. Cit., p.99. O governo imperial já havia estabelecido que os “socorros só devem ser prestados em gêneros alimentícios, dietas, medicamentos, vestuário, conforme dispõe o Decreto nº 2884 de 1º de fevereiro de 1862”, nunca em dinheiro. Ofício circular do Ministro dos Negócios do Império ao Presidente da Província do Ceará José Bento da Cunha Figueiredo, em 04.02.1876. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Ministério do Império ao Presidente da Província, Avisos (1874-1877). O Presidente José Júlio de Albuquerque Barros, no documento que divide Fortaleza em três distritos (Arquivo Nacional, série “Justiça”), no início de 1878, afirma que “a caridade oficial, por mais ampla que seja, não pôde satisfazer a todas as necessidades, e muito menos produzir os efeitos moraes da beneficência particular”.

¹⁸ THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Op. Cit., p.225.

¹⁹ Ver correspondência entre o Presidente da Província e os Comissários encarregados dos 11 distritos da capital (APEC), os quais reuniam os diversos abarracamentos de retirantes. A correspondência entre o Presidente e o Conselheiro Lafayette, Ministro dos Negócios da Justiça, disponível no Arquivo Nacional, indica uma preocupação com este conflito que perdura até junho, quando o soldado Filismino Ramos da Luz é preso, considerado responsável pela morte de um retirante. Já o conflito ocorrido em 20 de agosto é atribuído a divergências entre encarregados e comissários, depois de supostas acusações de fraude. Agradeço a Tyrone Apollo Candido a cópia dos documentos da série “Justiça” do Arquivo Nacional e outras importantes sugestões sobre os conflitos entre retirantes e policiais.

²⁰ THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Op. Cit., p.353-354. Segundo Theophilo, a “companhia da russega” foi o pretexto final para a criação da “Colônia Orphanologica Christina” pelo Presidente da Província, pressionado pela “necessidade de abrigar a infância orphã” (p.390).

²¹ SCOTT, James. “Formas cotidianas de resistência camponesa.” *Raízes*, Campina Grande-PB: v. 21, n. 1, jan/jul.2002, p.11 e 30.

²² Na verdade, o termo “abarracamento” pode pressupor um planejamento inexistente. Eram acampamentos improvisados sob as árvores nos espaços livres da cidade ou, no máximo, toscas cabanas cobertas com palha. Pode-se concordar que compunham-se de “cabanas de galhos de árvore ou de folhas de palmeira” e que “eram imundos ao extremo”, conforme um jornalista norte-americano. SMITH, Herbert. *Brazil: the Amazon and the Coast*. New York: Scribner's Sons, 1879, p.419. No entanto, as medidas originadas da Presidência da Província procuravam disciplinar os abarracados e organizar a disposição dos abarracamentos pelo espaço urbano, afastando-os do centro e formando uma periferia de miseráveis. O campo de concentração do Alagadiço, em 1915, ao contrário, foi uma área especialmente preparada para receber os retirantes, em um terreno nas proximidades de uma estação suburbana de trem. Os retirantes eram conduzidos diretamente da estação para o campo, muitas vezes sem sequer perceberem o que os esperava. *Cj. QUEIROZ, Rachel de. O Quinze*. 52 ed. São Paulo: Siciliano, 1993, p.86-87; NEVES, Frederico de

Castro. “Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932).” *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 15, n. 29, 1995, p.93-122.

²³ THEOPHILO, Rodolpho. *A Secca de 1915*. Op. Cit., p.55.

²⁴ REBOUÇAS, André. *A Secca nas Províncias do Norte*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877, p.39. *Cf.* também os artigos de José do Patrocínio no jornal *Gazeta de Notícias*, principalmente em 12.09.1878. Para uma crítica a atuação dos ingleses na Índia, além de Davis, *Cj. RACHID, Salim*. “The Policy of *Laissez-faire* During Scarcity.” *The Economic Journal*, n° 90, p.493-503, September 1980. Para o jornalista norte-americano Smith, após 8 ou 9 meses sustentados pelo governo, os retirantes haviam ficado como crianças, “descuidados e imprevidentes”; deveriam, portanto, ser colocados em rígida disciplina militar e, sob a direção de pessoas competentes, construir casas; a limpeza dos corpos e das redondezas deveria ser imposta, com severas penas para os que permanecessem sujos; todos, mulheres e homens, em boas condições físicas, deveriam ser empregados em algum tipo de trabalho. Ele se lamenta, no entanto, de que os brasileiros são normalmente negligentes com relação a medidas sanitárias. SMITH, Herbert. *Brazil: the Amazon and the Coast*. Op. Cit., p.423. No Rio de Janeiro, entre 1877 e 1879, um intenso debate sobre as origens e as medidas de prevenção ou combate às secas trava-se nas páginas do *Jornal do Commercio* e nas reuniões do Instituto Politécnico, reunindo não só André Rebouças, mas também os Conselheiros Capanema e Rohan, além de Viriato de Medeiros e Castro Carreira, entre muitos outros.

²⁵ THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Op. Cit., p.194.

²⁶ CHAVES, José O. de Souza. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação de Mestrado em História apresentada a UFPE. Recife: 1995, p.91.

²⁷ O despotismo dos chefes e encarregados não era estranho por ser despótico, mas por ser baseado em normas técnicas desconhecidas dos camponeses. Os coronéis eram igualmente despóticos, mas seu poder provinha da propriedade da terra e fazia parte de um conjunto de valores que os camponeses, embora não se beneficiassem inteiramente, já conheciam. O relatório apresentado pelo comissário do 8º distrito, João Carlos da Silva Jatahy, em 18.10.1878, detalha as atividades desempenhadas pelos retirantes, os melhoramentos executados no abarracamento, as dificuldades encontradas, os números relativos aos retirantes e suas famílias, o estado das enfermarias e a quantidade de empregados. É um dos mais completos encontrados pela pesquisa. O comissário do 2º distrito, Francisco Freire de Brito, em 08.11.1878, informa a existência de uma escola de “primeiras letras” para os indigentes; contudo, encontra dificuldades para atrair os alunos: de 400 “com idade de aprender”, apenas 80 estão matriculados e 46 freqüentam as aulas. Ele culpa a “falta de roupa decente com que se apresentem n’aula” e solicita a distribuição de 200 vestimentas para meninos.

²⁸ THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Op. Cit., p.327. Os ofícios trocados entre o Presidente da Província, os comissários de socorros e os vereadores de Fortaleza são ilustrativos dessa tentativa de controlar o livre funcionamento do mercado.

²⁹ CUNNIFF, Roger L. “The Birth of the Drought Industry: Imperial and Provincial Response to the Great Drought in Northeast Brazil, 1877-1880.” *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: v. VI, n° 1/2, p.65-82, 1975.

³⁰ THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Op. Cit., p.133.

³¹ Cj. PEREIRA, Ronaldo. “O povo e o Imperador: classes populares e imagem da Monarquia na corte e na capital da República.” *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: v. 4, nº 2, p.95-108, 1998.

³² Cj. os editoriais assinados por Gil Vidal no *Correio da Manhã* (28.03 a 19.06.1915) e as caricaturas e charges de *O Malho* – especialmente a charge intitulada “contra as seccas: engenharia sugadora”, que denuncia os desvios de verbas (Ano XIV, nº 665, 1915).